

## Imposto de Renda é principal fonte do Orçamento



O *Jornal do Senado* começa a publicar a partir de hoje uma série de reportagens sobre o projeto de Orçamento da União para 2001. O leitor do jornal poderá entender de onde vem e para onde vai todo o dinheiro da União. O texto de hoje mostra que a proposta orçamentária é de R\$ 268,9 bilhões e tem o Imposto de Renda como a principal fonte de arrecadação. Os gastos são também explicados. Só em juros, a previsão é que o país desembolse R\$ 45,4 bilhões

PÁGINA 3

## Projeto de Calheiros define crime praticado com auxílio da informática

PÁGINA 2



## Diretor da Cepal na TV Senado

O diretor da Comissão de Economia para América Latina e Caribe (Cepal), Renato Baumann, fala à TV Senado sobre as perspectivas de crescimento do Brasil. As previsões são positivas, diz, mas alerta para dificuldades, como a inflação, que podem surgir com a alta do preço do petróleo.

PÁGINA 4

Renato Baumann, da Cepal: América Latina deve crescer, apesar da alta do preço do petróleo



Lair Ribeiro (E, foto abaixo) conversou com o jornalista Fernando Cesar Mesquita sobre crescimento pessoal. A TV Senado mostra a entrevista



## Cândido considera positiva ação do MST



Geraldo Cândido

PÁGINA 2

## Heloísa quer setor elétrico fora da privatização



Heloísa Helena

PÁGINA 3

## Política petrolífera é nefasta, diz Ademir



Ademir Andrade

PÁGINA 4



Henrique Loyola

## LOYOLA CRITICA PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Segundo o senador Henrique Loyola, os projetos que estabelecem o pagamento desse tipo de prestação de trabalho descaracterizam a idéia original da proposta. Ele defende a adoção de “soluções associativas, não corporativas”

PÁGINA 3

# Projeto define crimes com uso da informática

Proposta apresentada por Renan Calheiros estabelece punição para vários tipos de condutas ilícitas, como acesso não autorizado a computadores e sistemas, destruição e alteração de informações e transferência ilícita de fundos

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou projeto que define e tipifica os delitos cometidos com o auxílio da informática. A proposta estabelece punição para várias condutas ilícitas, entre as quais o acesso não autorizado a computadores e sistemas eletrônicos, a destruição e alteração das informações, a sabotagem por computadores, a interceptação de correio eletrônico, a fraude eletrônica e a transferência ilícita de fundos.

A maior pena – reclusão de um a seis anos e multa – é estabeleci-

da para quem usar indevidamente a informática contra a vida e integridade física das pessoas ou para quem atentar contra a moral pública e opção sexual (corrupção de menores de idade ou divulgação de material pornográfico).

Na avaliação do autor da proposta, junto com o avanço tecnológico surgiram novas formas de conduta anti-social com a utilização de equipamentos de informática como meios de delinquência e de in-



Calheiros observa que a tipificação dos delitos com uso da informática é medida urgente e não pode mais esperar

frações. Calheiros informou que a própria Organização das Nações Unidas reconheceu que este

tipo de delito representa um problema sério, principalmente porque alguns países ainda não atualizaram suas legislações, estabelecendo a criação de novos tipos penais e procedimentos de investigação.

– A tipificação destes delitos pelas legislações de todos os países é medida urgente e que não pode esperar mais – afirmou Renan Calheiros.

Ele justificou a necessidade de urgência na aprovação da matéria lembrando que recentemente

vários sites (onde as páginas são hospedadas) da Internet sofreram a ação de *hackers* (piratas cibernéticos), provocando prejuízos generalizados.

## COMISSÕES

A proposta de Renan Calheiros terá decisão terminativa das comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania. Isso significa que, se aprovada nas duas comissões, a matéria será encaminhada para apreciação da Câmara dos Deputados sem precisar de ser votada no Plenário do Senado.

## Cândido apela à ECT em favor de trabalhadores

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fez um apelo à diretoria da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) para que apresente propostas concretas à Comissão Representativa dos Trabalhadores da empresa, atualmente em campanha salarial. Os 83 mil servidores já comunicaram que devem entrar em greve a partir da próxima semana, caso a empresa não apresente uma nova proposta salarial, informou o senador. A categoria chegou a parar as atividades

por duas horas na quarta-feira.

Segundo Cândido, a razão alegada pela empresa para não negociar é que ela já apresentou sua proposta. O senador disse que os trabalhadores não aceitaram o conjunto de medidas oferecidas pela ECT,



Cândido cobrou da diretoria da ECT a apresentação de nova proposta salarial

que qualificaram de “pacote patronal ridículo”.

– A empresa obteve lucro líquido de R\$ 263 milhões no ano de 1999, e estima-se para o ano 2000 um lucro de R\$ 500 milhões. Mesmo assim, sua proposta para os funcionários só prevê um gasto

anual de aproximadamente R\$ 70 milhões, o que corresponde a um acréscimo de 2,59% nos seus gastos – disse Cândido.

Acrescentou que os trabalhadores reivindicam piso salarial de cinco salários mínimos, aumento real de 10%, reposição das perdas salariais, manutenção do emprego, isonomia de salários e benefícios, bem como manutenção de direitos, respeito à organização sindical e a apresentação de uma contraproposta.

## Senado aprova voto de pesar pela morte do ex-senador goiano José Saad

O Plenário do Senado aprovou voto de pesar, proposto pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), pela morte do ex-senador José Saad, ocorrido esta semana em Brasília. A Mesa do Senado também vai apresentar pêsames à família do ex-senador.

Iris Rezende lembrou que José Saad ocupou uma cadeira no Senado no período entre janeiro de 1988 e dezembro de 1999. Iris destacou que Saad foi um dos fundadores do antigo MDB em Goiás e que era um idealista, político popular e muito respeitado no estado:

– José Saad foi o grande edificador do município de Formosa, em Goiás, sendo o construtor de grande parte das obras públicas da cidade – disse Iris Rezende. Acrescentou que Saad, durante o regime militar, foi um exemplo de determinação e resistência, “e que nunca titubeou nos piores momentos do arbítrio, sempre mantendo firme a postura em defesa da democracia”.

## Senador faz balanço positivo de ocupação de fazenda em MG

O senador Geraldo Cândido fez um balanço positivo da recente ocupação feita pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) das proximidades da fazenda Córrego da Ponte, localizada em Buritis (MG), pertencente à família do presidente Fernando Henrique Cardoso. Cândido assinalou o mérito da iniciativa em forçar uma retomada das negociações com o Ministério da Reforma Agrária, prevista para acontecer na próxima semana, com a intermediação da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB).

Com a transferência do acampamento para uma área distante 70 quilômetros da propriedade e a desocupação de prédios públicos no país, o senador petista diz que o governo não tem mais motivos para protelar um encontro com o MST. “O importante é que haja uma saída pacífica e seja feito um acordo para que o movimento possa tocar seus projetos agrícolas e de assentamento”, observou.

Segundo Cândido, o fato de o governo não ter cumprido o

acordo firmado em maio, quando teria se comprometido a liberar recursos para assentamentos rurais, motivou o acampamento em Minas e a ocupação de prédios públicos.

### DESENTENDIMENTOS

Os desentendimentos registrados entre o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e o presidente Fernando Henrique, durante esse episódio, não afetaram a imagem do movimento perante a opinião pública, conforme afirmou Cândido. “Ambos os lados se excederam e tomaram atitudes

exacerbadas, mas não houve desgaste para o MST, porque a população reconhece a legitimidade de suas reivindicações”, declarou.

Quanto às recentes denúncias de irregularidades na implantação de projetos de cooperativas agrícolas geridas pelo MST, Geraldo Cândido diz não acreditar que possíveis desvios tenham ocorrido por má-fé, mas sim por má administração. O senador cobrou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) uma fiscalização mais eficiente dos recursos liberados.

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

Brasil 500

Sexta-feira  
9h – Sessão não deliberativa



JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# De onde vem e para onde vai o dinheiro público

Com mais de mil páginas, o projeto de lei orçamentária de 2001 não apenas detalha as fontes de recursos da União e sua destinação, como também estabelece metas e define o cenário econômico previsto pelo governo

São mais de mil páginas, nas quais uma pessoa paciente poderá tomar conhecimento em detalhes de onde vem e para onde vai todo o dinheiro que a União arrecadará e gastará no ano que vem. Se o interesse for por grandes números, um quadro mostra, logo nas primeiras páginas do projeto de Orçamento da União para 2001, que entrarão nos cofres federais exatamente R\$ 268,9 bilhões, segundo a previsão do governo.

Entender os gastos, no entanto, é mais complicado. Aí, é preciso fazer dois tipos de conta. Sem o pagamento de juros, haverá uma sobra na caixa do Tesouro de R\$ 28,1 bilhões, o chamado superávit primário. Se a pessoa levar em conta o quanto se gastará com juros da dívida pública, a situação muda. Nesse caso, o governo passará a ter um déficit de R\$ 17,3 bilhões. A diferença terá de ser coberta pela venda de títulos no mercado interno.

O governo federal prevê para o próximo ano um crescimento da economia de 4,5% e inflação de



5,86% (IGP-DI da FGV). O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo o que se produz no país em um ano, deverá bater todos os recordes e seu valor foi estimado

pelo governo em R\$ 1,24 trilhão. Graças a esse bom momento da economia, a arrecadação de impostos e contribuições crescerá 15%, chegando a R\$ 268,9 bilhões. Mas as despesas não ficarão por menos e subirão em 2001 14,5%, batendo em R\$ 240,8 bilhões.

A arrecadação federal é sustentada por mais de 20 fontes. A principal delas é o Imposto de Renda, de empresas e pessoas, que renderá R\$ 53,8 bilhões, seguido de uma contribuição, a Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, paga pelas empresas, que levará ao Tesouro R\$ 42,9 bilhões. Conforme o projeto orçamentário, a CPMF dará R\$ 13,7 bilhões e a tributação sobre derivados de petróleo, R\$ 6,5 bilhões. A maior receita federal, no entanto, é a contribuição previdenciária paga por todos os empregados e patrões e que irá gerar R\$ 62,6 bi-

lhões. Esse dinheiro se destina unicamente à Previdência Social.

Toda essa arrecadação será dividida em milhares de programas, projetos, obras e serviços. Há, no entanto, grandes áreas com gastos que não podem ser mexidos. O pagamento do funcionalismo federal, por exemplo, consumirá R\$ 33,4 bilhões, enquanto os inativos ficarão com R\$ 26,1 bilhões. As aposentadorias e outros benefícios da Previdência Social carregam a maior fatia – exatos R\$ 72,8 bilhões.

O pagamento de juros também entra nos grandes números, com R\$ 45,4 bilhões. O valor é líquido, ou seja, estão descontados os juros que a União tem a receber dos estados, municípios e até de títulos parados no Banco Central.

De toda a arrecadação, o governo é obrigado ainda a repassar aos fundos de participação dos estados e municípios outros R\$ 39,7 bilhões. Os gastos com a área social somarão no próximo ano R\$ 42,4 bilhões, um aumento de 28,7% em relação ao Orçamento reprogramado deste ano. Já as aplicações em transportes, energia e comunicações ficarão em R\$ 5,2 bilhões em 2001.

## RECEITAS E DESPESAS

### DE ONDE VEM

Imposto de renda	R\$ 53,8 bilhões
IPPI	R\$ 19,5 bilhões
Imposto sobre Operações financeiras	R\$ 3,2 bilhões
CPMF	R\$ 13,7 bilhões
Imposto de Importação	R\$ 8,6 bilhões
Cofins	R\$ 42,9 bilhões
Pis-Pasep	R\$ 10,8 bilhões
Lucro de empresas	R\$ 9,7 bilhões
Receita da Previdência	R\$ 62,6 bilhões
Concessões de serviços	R\$ 8,7 bilhões
Tributação nas refinarias	R\$ 6,5 bilhões
Outros	R\$ 28,9 bilhões

### PARA ONDE VAI

Saúde	R\$ 17,9 bilhões
Educação	R\$ 7,4 bilhões
Outras áreas sociais	R\$ 17,0 bilhões
Pagamento líquido de juros	R\$ 45,4 bilhões
Pessoal da ativa	R\$ 33,4 bilhões
Aposentados do serviço público	R\$ 26,1 bilhões
Benefícios da Previdência Social	R\$ 72,8 bilhões
Transferências constitucionais a estados e municípios	R\$ 39,7 bilhões

## Henrique Loyola questiona o pagamento de serviço voluntário

Em discurso no Plenário, o senador Henrique Loyola (PMDB-SC) criticou a proposta do governo de remunerar o serviço voluntário, afirmando que tal procedimento descaracteriza totalmente a idéia original de prestação desse trabalho. O senador disse que so-



Henrique Loyola defende ação nacional contra a violência e o desemprego

licitou cópia de todas as proposições que tratam de serviço voluntário para poder estudar detalhadamente o assunto.

– O serviço voluntário poderia resolver boa parte dos problemas que temos. Um estudante de Direito, por exemplo, prestaria serviço no fórum de sua cidade em troca do pagamento de seus estudos. Isto sim. Mas fazer o pagamento do chamado serviço militar alternativo para pessoas atuarem como policiais, como consta em alguns projetos, é invenção – avaliou Loyola, que também sugeriu maior ênfase às “soluções associativas, e não às corporativas”.

No mesmo pronunciamento, Loyola conclamou os administradores públicos, políticos e autoridades a fazerem um esforço no sentido de propor soluções práticas para o país enfrentar problemas como a violência e o desem-

prego.

Ao criticar o excesso de reclamações e de interesses eleitores, Loyola afirmou que o desenvolvimento do Brasil depende de firme vontade política, melhor administração e organização por parte da sociedade. Disse que seu prin-

cipal propósito para estar no Senado é o de “apontar propostas e estimular que as pessoas façam o mesmo sempre pensando em melhorar as condições efetivas do cidadão que está na ponta”.

Segundo ele, esses pressupostos, aliados ao talento do brasileiro e às condições naturais do país, serão capazes de alavancar o desenvolvimento nacional. Ele citou diversos exemplos de sucesso de produtores rurais e empresários do Sul e do Sudeste que encontraram essas condições nas administrações de seus estados e municípios.

Loyola observou que a maior parte das famílias de Santa Catarina tem razoável padrão de vida. “Isto acontece porque os administradores adotaram uma política de trabalho próxima ao produtor, oferecendo saúde, educação e financiamento adequado ao seu empreendimento”, acrescentou.

## Heloísa quer proibir privatização de empresas elétricas e de saneamento

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu, em Plenário, a aprovação de projeto de lei, de sua autoria, que exclui do Programa Nacional de Desestatização os serviços de energia elétrica e de saneamento básico.

Para a senadora, a atuação de empresas privadas na área de saneamento básico não irá melhorar a situação dos 15 milhões de brasileiros sem acesso ao abastecimento público de água e de outros 40 milhões não atendidos por coleta de esgoto.

Ela previu ainda que, se a privatização ocorrer, o governo terá de comprar serviços das empresas privadas para atender a comunidades carentes de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica. A parlamentar defendeu a tarifa social, com subsídios para o consumo da população de baixa renda.

O projeto modifica a Lei 9.491/97, que trata dos procedimentos relativos ao Programa Nacional de



Para Heloísa Helena, as empresas privadas em nada vão contribuir para beneficiar os mais carentes

Desestatização. O texto por ela proposto exclui da privatização os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e drenagem urbana.

A representante de Alagoas no Senado disse que 73% das pessoas não atendidas pela coleta de esgo-

to ganham até três salários mínimos (R\$ 453), percentual que chega a 92% entre os excluídos do abastecimento de água. Ela argumentou que, “se o poder público ainda não conseguiu assegurar aos mais pobres os benefícios de serviços básicos de qualidade, quase nada se pode esperar da atuação das empresas privadas no setor”.

Para a parlamentar, o processo de desestatização “ficará marcado na história do país como um gigantesco escândalo nacional”. Ela lamentou a ausência de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o assunto.

Heloísa Helena disse que o governo abandonou momentaneamente a discussão sobre a privatização dos serviços de energia elétrica e de saneamento, temendo a má repercussão eleitoral, mas sua intenção de desestatização é clara, atendendo às orientações dadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Cepal: Brasil está mais preparado do que em 73 e 79



O Brasil em particular e a América Latina em geral estão hoje mais preparados para enfrentar

altas nos preços do petróleo do que estavam na década de 70, quando os dois "choques do petróleo" (1973 e 1979) causaram inflação e recessão em todo o mundo. A opinião é do diretor da Comissão de Economia para América Latina e Caribe (Cepal), Renato Baumann, em entrevista aos jornalistas Helival Rios e Ribamar Oliveira para o programa *Agenda Econômica*, que será exibido pela TV Senado neste fim de semana.

Na opinião de Baumann, continua a perspectiva de crescimento de 4% para a América Latina em 2000, apontada pela Cepal no início do ano, embora esteja claro que o aumento do preço do petróleo trará consequências para a economia da região. Para o especialista, é impossível saber como a crise afetará a economia brasileira — tudo vai depender do impacto inflacionário do aumento do preço do petróleo na economia norte-americana. "O grande temor é que, para evitar inflação, haja aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, o que seria desastroso para a América Latina e para o Caribe", afirmou o economista.

Baumann lembrou que, depois da crise dos anos 70, os países latino-americanos investiram na exploração de óleo. "Nos anos 70, o Brasil importava 80% do que consumia. Hoje, a importação fica entre 20% a 30% do consumo", disse.

Auto-estima é tema de entrevista à TV Senado



O sucesso material depende do grau de auto-estima de cada um, e bloqueios emocionais podem impedir a prosperidade. Esta é uma das teses defendidas pelo médico

Lair Ribeiro, autor de alguns dos livros de auto-ajuda mais vendidos no Brasil, em entrevista concedida ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, que a TV Senado leva ao ar neste final de semana.

No programa, que será apresentado amanhã e domingo, às 11 e às 21h, Ribeiro fala sobre sua formação intelectual e sobre como chegou a publicar *O sucesso não ocorre por acaso*, a partir de sua própria experiência vitoriosa no mundo empresarial. O livro já está traduzido em nove línguas e publicado em 40 países — no Brasil já vendeu mais de um milhão de exemplares.

# Ademir vê país "desamparado" na crise mundial de petróleo

Senador considera "nefasta" a política de desregulamentação adotada pelo governo federal e aponta falta de controle no setor

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) classificou de "nefasta" a política de desregulamentação adotada pelo governo federal para o setor petrolífero, o que deixaria o país desamparado frente à nova crise internacional. Os preços do produto vêm subindo no mercado mundial, tendo atingido US\$ 37 o barril — o mais alto valor desde a Guerra do Golfo, em 1991.

— Se o governo federal não tivesse, durante os últimos seis



Ademir afirma que erro começou na criação da Agência Nacional do Petróleo

anos, perdido o controle petrolífero, a situação do Brasil seria diferente e, neste caso, o Estado atenderia a um dos papéis que lhe foram prescritos no artigo 174 da Constituição federal, que é a regulação do processo econômico — afirmou.

Na avaliação de Ademir Andrade, o governo não exerce controle sobre o setor de petróleo, mesmo diante do risco de desabastecimento e da volta da inflação. Para o senador, os erros do go-

verno começaram quando foi criada a Agência Nacional do Petróleo (ANP), por meio de lei que dispunha sobre a política energética nacional — a Constituição exige lei específica para a criação de autarquias, como é o caso da ANP. "O governo federal errou ao pretender desregular o setor de petróleo", disse. A decisão da ANP, para Ademir, estão sujeitas a questionamentos na Justiça.

— Os atos de que resultar dispêndio de verbas públicas serão passíveis de ações populares, pois constituem despesas ilegais, altamente lesivas aos cofres públicos, o que é mais grave quando se trata do delicado plano da política do petróleo — alertou.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Cidadania* — Senador Roberto Saturnino e o físico e escritor Bautista Vidal falam sobre a crise do petróleo  
7h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala sobre desenvolvimento e emprego  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Mata Atlântica  
9h — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após — SBPC — *Estados nacionais e internacionalização*  
11h — *Entrevista* — Osires Filho, ex-secretário da Receita Federal  
12h — *Série Abralhos* — parte 4  
12h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala sobre desenvolvimento e emprego  
13h — *Cores do Brasil* — Pernambuco  
13h30 — *Cidadania* — A cineasta Tizuka Yamasaki e o adido cultural do Japão, Nobuko Yamaguchi, falam das relações Brasil-Japão  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — *Revista Brasília*  
19h30 — *Cidadania* — Senador Lauro Campos e o representante da Unesco, Jorge Werthein, falam sobre a violência e as desigualdades sociais  
20h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala sobre desenvolvimento e emprego  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Canal Médico* — Esclerose múltipla  
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — show de Papete  
23h30 — *Série Abralhos* — parte 4

24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — Filme *Getúlio*, de Ana Carolina

#### DESTAQUES DO FINAL DE SEMANA

##### AMANHÃ

3h30 — *Entrevista* — O cientista Marcelo Gleiser fala sobre o avanço da ciência e da cidadania  
6h30 e 13h30 — *Agenda Econômica* — Renato Baumann, diretor da Cepal  
7h30 — *Entrevista* — Dr. Iury Rocha fala sobre a quiropraxia  
10h e 18h — *Quem tem medo de música clássica?* — Tchaikovsky, concerto para violino e orquestra  
11h e 23h — *Entrevista Especial* — O médico e escritor Lair Ribeiro fala sobre qualidade de vida  
14h30 — *Espaço Cultural* — *Canções do Brasil*, com Janette Dornellas  
17h — *Revista Brasília*  
19h30 — *Debate* — Senador Edison Lobão e o min. Paulo Costa Leite, presidente do STJ, falam sobre a reforma do Judiciário  
20h30 — *Entrevista* — Senador Djalma Bessa fala sobre o plebiscito  
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — Filme *Getúlio*, de Ana Carolina

##### DOMINGO

1h — *Cidadania* — Senador Roberto Saturnino e o físico e escritor Bautista Vidal falam sobre a crise do petróleo  
3h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

"Improviso" destaca as melhores vozes masculinas do jazz

O programa *Improviso — Jazz sem Fronteiras* deste sábado, na Rádio Senado FM, vai apresentar uma seleção de alguns dos mais importantes vocalistas do jazz contemporâneo, que participam com suas interpretações mais marcantes.

A edição desta semana traz desde o intimismo de Kevin Mahogany à leitura *cool* de Chet Baker, passando pela exuberância de Louis Armstrong, pelas corretas imitações de Frank Sinatra em clássicos de Cole Porter, além de incursionar pelo romantismo de Johnny Hartman — pretexto para um longo e memorável solo de John Coltrane, em *Autumn Serenade*.

*Improviso — Jazz sem Fronteiras* vai ao ar aos sábados, às 20 horas, pela Rádio Senado FM, na frequência de 91,7 MHz, e tem reapresentação aos domingos, às 23h30.

O programa, produzido e apresentado pelos jornalistas Vinicius Becker e Flávio de Mattos, também pode ser sintonizado pela Internet, a partir do portal do Senado, no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

##### Informações de recepção de sinal

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-5
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

##### Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30

#### RÁDIO SENADO FM

##### Informações para usuários

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

##### Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,